



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 12.06.2013

Proc. n.º: 149 – SI 099/13

Horário início: 10h

Término: 12h

Assunto: reunião para tratar de assuntos referentes ao cancelamento do contrato (pregão presencial n.º 61/2012) para instalação do sistema de videomonitoramento no Município de Montenegro.

Requerente: Todos os Vereadores

Convidados: Prefeito Municipal, proprietário da empresa Cesar Dutra ME, Eleandro Canani, representante da empresa GETEC e Engenheiro Ezio Nichimura Romeiro.

Presentes: Lista de Presenças anexa ao referido processo

Principais pontos Destacados: O Vereador Renato Kranz disse que esta é a terceira reunião sobre o tema. Mencionou que, nos meses de janeiro e fevereiro, foi debatida na Câmara a notícia de que o Prefeito Paulo Azeredo determinara a suspensão do contrato, assinado pela Administração anterior, com a empresa que instalaria treze câmeras de videomonitoramento em Montenegro. Conforme o Vereador Kranz, o propósito era debater as questões técnicas motivadoras do cancelamento do contrato com a empresa Soluções Sistemas de Segurança Ltda. que, além das câmeras, iria instalar os postes e a central de vigilância. Outro objetivo era o de tirar as dúvidas com relação ao pregão n.º 61/12, cuja previsão era a da instalação de treze câmeras, tal como especificado em Edital de licitação. Disse que ficou surpreso quando soube através da imprensa que a nova Administração havia cancelado o contrato assinado com a empresa Soluções, argumentando que o valor de quatrocentos e trinta mil reais era muito elevado. Lembrou que, na primeira reunião, ocorrida em quatro de março, o Procurador-Geral do Município João Elias Bragatto afirmou que, com o mesmo valor, o Município faria a instalação de trinta e nove câmeras e que essas câmeras estariam em funcionamento em oito meses a partir daquela data. A segunda reunião, ocorrida em vinte de maio, foi para esclarecimentos sobre o processo licitatório, pois, em resposta a pedido de informação, de sua autoria, o governo falou de superfaturamento, fazendo comparações entre a empresa que venceu e a que perdeu com relação a alguns itens que foram orçados. Lembrou que a Administração passada fez pregão por preço global, e não por unitário. Disse que Eleandro Canani deu todas as explicações, que tudo foi feito dentro da legalidade. Destacou que, nesse processo todo, houve o acompanhamento do cidadão Florêncio Castilhos, através das redes sociais, com sua visão e avaliação técnica. Ressaltou que, há alguns dias, o Prefeito apresentou uma proposta, em Audiência Pública, não mais com trinta e nove câmeras, mas sessenta e cinco com um preço em torno de trezentos mil reais. Falou das dúvidas que têm com relação ao assunto, quanto à questão técnica, se o projeto elaborado pelo Engenheiro Nishimura não serve mais ou se vai servir de base, como vai ser feito o novo projeto de videomonitoramento, diante das denúncias de que as empresas estariam se locupletando do dinheiro público. Perguntou ao Prefeito se seu projeto está de acordo com as normativas da Secretaria de Segurança Pública do Rio



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



Grande do Sul, se já teve contato com a Brigada Militar, ou pré-convênio com a Brigada, onde vai ser instalada a central. O Vereador Márcio perguntou se o Executivo Municipal acha que o projeto anterior está superfaturado. O Vereador Ari disse que existe muito “diz que diz” sobre o assunto, e que a reunião era a oportunidade dos Vereadores tirarem suas dúvidas. O Vereador Marcos Gehlen destacou que o processo de videomonitoramento se arrasta por anos e que espera que a comunidade seja em breve contemplada com este serviço, uma vez que já está atrasado e que a criminalidade aumenta cada vez mais. O Vereador Zanatta perguntou se a qualidade do que está sendo apresentado vai ser a mesma do que foi colocado pela empresa que ganhou a licitação. Eleandro Canani, da empresa Solução Sistemas de Segurança Ltda., disse que seria necessário ouvir o executor do projeto, além de não crer que alguém que elabore projetos não o faça com base num valor estimado. Enfatizou que sua empresa tem vinte anos de atuação no ramo de imagens, que ela executou vários projetos de videomonitoramento em vários municípios do RS, e que os valores podem ser confrontados. Disse que é uma obra de engenharia, não pode ser comparada com obras de pequenos comércios ou residências, são tecnologias distintas. Ressaltou que é necessário que seja discutido o projeto de videomonitoramento como um todo, desde o servidor, o *storage* (rede de área de armazenamento), onde serão instaladas porque o antigo projeto estava dentro das normativas da Secretaria de Justiça e Segurança. Disse que esse projeto vem ao encontro da estrutura, da infraestrutura, da estrutura do servidor e da estrutura das vias públicas, que tudo é um projeto conjunto. Sobre as denúncias de superfaturamento, questionou por que até o ano passado, pelo Pronasci, o governo federal liberava oitocentos mil reais para vinte câmeras? Onde está o superfaturamento para treze câmeras por quatrocentos e trinta mil reais? Observou que não se poderia ter sido feita comparação entre empresa A e B, pelo fato de que a empresa B não foi perdedora, ela foi desqualificada em funções de questões de técnica, ela não pode servir de parâmetro de preço. Alfredo João Heinz, da empresa Getec Sistemas de Segurança, disse que aquilo que o preocupa sobre as câmeras é a “boataria” que está se criando. Disse que o projeto elaborado era um projeto muito bom, foi muito bem elaborado. Falou da parte de equipamentos necessários para a implantação do sistema, em que o *storage* é muito caro, mas é um equipamento muito bom, ele foi previsto para uma ampliação sem ter que dobrar o *storage*, era um equipamento que estaria pronto para receber mais câmeras. Disse que isso envolve infraestrutura externa, tem poste, eletricidade, mão de obra em rua, sendo que tudo isso foi exigência do edital de licitação. Disse que a empresa não achou no mercado muitas opções para cada produto, especialmente nas câmeras. Disse achar que o projeto tenha sido elaborado em cima de especificações de câmeras norte-americanas, que é uma câmera robusta, que possibilita uma maior nitidez das imagens e um melhor manuseio através de *joystick*, ela permite, com precisão, que se acesse os dados das filmagens, ressaltando que não é um projeto barato. Disse que o sistema avaliado em trezentos e cinquenta mil reais era um sistema bom, mas não era o mesmo discutido. Destacou que participou da licitação e perdeu e que gostaria muito de ter ganhado porque existem mais de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



vinte municípios da região que querem implantar esse sistema. Ressaltou que existe possibilidade de se fazer um sistema de videomonitoramento gastando menos, mas que dentro daquelas especificações daquele edital isso não seria possível. Canani mencionou que a Casa deveria ter estranhado não ter aparecido mais empresas. Disse que a empresa GETEC não apresentou nenhum atestado vistado pelo CREA de uma execução de igual teor, de videomonitoramento urbano. Assim, as empresas que não vieram participar do pleito não vieram em função do valor ser muito baixo. Alfredo disse que trouxe planilhas de custos de fornecedores e que não conseguiria chegar ao limite de quatrocentos e cinquenta e dois mil reais proposto. Manifestou que não passa de boato que ele tem a intenção de processar o Município, pois ele precisa do Município, ele quer continuar vendendo para o mesmo. Afirmou que daria para fazer mais por menos, diminuindo um pouco a qualidade das câmeras, montando um projeto baseado num equipamento inferior. Só assim seria possível e que o nosso Município está precisando das câmeras. Disse que se o Executivo está propondo colocar mais câmeras por menos, ele deve ser aplaudido, mas as empresas que participaram daquela licitação não poderiam fornecer equipamento B, C ou D. Tinha que oferecer equipamento A, segundo especificações do edital. Além disso, disse que o custo e as exigências com manutenção e assistência técnica, tal como solicitado pelo edital, não seria possível fazer e que teria um custo muito elevado. Ressaltou que a sua empresa não teria competência para fazer por menos. O Prefeito Paulo Azeredo disse que nunca afirmou que a empresa A ou B teve superfaturamento. Afirmou sim que há valores discrepantes, citando um monitor de televisão que, no processo, tem o custo de mais de quatro mil reais, quando há uma cotação no próprio processo segundo a qual, em uma loja de Montenegro, o monitor LED quarenta polegadas custa mil setecentos e quarenta reais, salientando que há uma discrepância. Disse que isso consta no processo que foi solicitado pelo Ministério Público. Questionou por que foi tapado com errorex o valor cotado aqui em Montenegro. Também analisou que o CIS/Caí poderia ter um projeto de treze milhões de reais do Senasp (antigo Pronasci) para o videomonitoramento de toda a região. Disse que foi à Brasília, no Ministério da Justiça, onde foi reiterado que é possível buscar recursos em Brasília. Está buscando audiência no final de junho ou começo de julho com o Secretário de Segurança Pública, Airton Michels, para ver a possibilidade de o Estado repassar aquele recurso. Disse que aquilo que o levou a reter um pouco, a segurar, foram as diferenças de preços que encontraram entre o concorrente A ou B. Observou que buscaram informações para ter um espectro maior do que A e B, fazendo contato com outras empresas. Nessas buscas, conseguiram apurar que estes equipamentos constantes no processo, que totalizariam quatrocentos e trinta mil reais, como câmeras, *storage*, chegariam a duzentos e quarenta e seis mil reais. Também verificou o preço dos cabos de fibra ótica. Falou em trinta e nove câmeras vinculadas à BM, expandindo um pouco mais a rede para treze quilômetros, mais ou menos, trazendo câmeras até à Câmara de Vereadores, deixando um ponto disposto na região do antigo Frigorífico Renner e levando a todos os órgãos públicos. Salientou que buscou parceria com a empresa montenegrina Ivirtua, para colocar todo o software de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



controle de velocidade do trânsito, por isso a criação da Secretaria de Segurança e Trânsito para acoplar ao sistema de internet que se pretende ter nas ruas principais, bem como junto à BM e à Polícia Civil buscar também a leitura facial, vinculando o processo à Secretaria de Segurança Pública, assim como a leitura da placa do veículo. Esses seriam trabalhos complementares. Assim, seriam colocadas treze câmeras de videomonitoramento e vinte e seis câmeras de monitoramento. Disse que o projeto tinha treze câmeras nessa tecnologia e que se está agregando vinte e seis gravadores de imagem, agregando mais câmeras por um custo menor, preocupados com o Município inteiro. Seriam colocadas em pontos de gravação para áreas de movimento: entroncamentos no interior e no acesso a alguns bairros. Complementou que seriam vinte e seis pontos distribuídos fora do eixo principal, atendendo mais o monitoramento. Assim, manifestou que se poderia dizer que Montenegro estaria monitorado e videomonitorado em quase cem por cento, no centro, nos bairros e nas comunidades do interior. Por isso, observou que o Executivo está trabalhando com vinte e seis pontos, com duas câmeras cada, chegando a cinquenta e duas e mais treze câmeras de videomonitoramento no projeto principal. Disse que essa é a proposta do governo, e para isso está pré-agendada reunião na SSP. Relatou que foi à Brasília e no final de junho será aberto junto ao Senasp o cadastramento dos municípios para projetos de segurança, de monitoramento, onde disse que cadastrará o Município também. Salientou que o Município deve ter uma chance de realmente executar mais por menos, com um custo menor. Afirmou que na audiência estará pedindo que o governo repasse aquele recurso que não foi repassado enquanto ele era Deputado Estadual. Anunciou que em uma reunião de interiorização de governo, num café da manhã, o Governador Tarso Genro virá à Montenegro, oportunidade na qual o governo irá pautar a vinda de recursos. Disse haver a possibilidade de buscar recursos junto ao Ministério da Justiça. Disse que o governo quer fazer também o controle do trânsito, através da Secretaria Estadual de Segurança e Trânsito, onde o Senasp fornece treinamento, veículo, toda a estrutura necessária. Assim, Montenegro estaria cem por cento monitorada, cidade e interior. Canani disse que aquilo que o Prefeito estava propondo não estava errado. No entanto, observou que essa nova proposta teria reflexos sobre a tecnologia empregada, que, assim, estar-se-ia mudando totalmente de tecnologia. Disse que o Prefeito, dessa maneira, está propondo gravações pontuais em DVR. Salientou que isso pode até funcionar, mas é uma tecnologia totalmente diferente do que está posto. Falou que aquilo que se está discutindo agora são coisas fora do contexto da última licitação. Disse que para a colocação de um DVR teria que ser feito um cabeamento que não é fibra ótica, que isso seria temerário, com um custo de manutenção muito elevado. Ressaltou que a tecnologia que foi falada agora é totalmente diferente da licitação. Florêncio Castilhos afirmou que ficou claro que não houve superfaturamento, que custo é uma coisa e que superfaturamento é lucro exorbitante. Disse que o Prefeito explicou suas suspeitas e que realmente não acusou ninguém. Relatou que, quanto ao projeto, ele o analisou, como tecnólogo, e reconheceu que é um excelente projeto e que os preços finais, globais, estão de acordo com o mercado, conforme o levantamento por ele



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



realizado, como cidadão. Afirmou que o Prefeito confirmou que não há superfaturamento, mas que achou caro, e que isso é normal. Disse que a sua preocupação é a de que estão fazendo a comparação com aquele projeto que considerou ótimo, que atenderia as necessidades do Município, com treze câmeras, com aquele valor que entendia ser valor de mercado. Ressaltou que sua preocupação é com o fato de o Prefeito não ter trazido à reunião um engenheiro, uma pessoa especializada, capaz de lhe orientar sobre o projeto. O Prefeito Paulo disse que terá audiência no dia dois de julho com o Estado. Disse que o governo não está desfazendo o projeto de videomonitoramento, mas agregando o monitoramento. A intenção é aprimorar o projeto, colocar câmeras de leitura facial e de placas de veículos. Falou que uma ação não invalida a outra e que a ideia é executar o projeto de videomonitoramento acrescido do monitoramento. O Vereador Gehlen perguntou se o Prefeito continua afirmando que vai fazer este projeto de treze câmeras de videomonitoramento com a mesma qualidade e potência, e agregar mais câmeras de monitoramento com menos que quatrocentos e cinquenta mil reais. O Prefeito Paulo disse que aquilo que foi colocado é que se vai fazer o projeto de treze câmeras de videomonitoramento. Observou que nunca afirmou que iria executar este projeto, porque este está com fibra alocada, e que o governo querer comprar ou ganhar a fibra. Ressaltou que, de repente, na SSP, dia dois, os membros do governo dizem que executam um projeto seu e não custa nada para o Município. Disse que estão gestando o projeto do Município, para executar o melhor que tivermos. Falou que existe a chance de se conseguir dinheiro no Senasp. A Vereadora Rosemari mencionou que os prazos mudaram e que não se vislumbra quando vai acontecer o videomonitoramento, porque o Procurador Bragatto, quando esteve aqui no dia quatro de março disse que "o que não fizeram em oito anos, nós faremos em oito meses". Ressaltou que o prazo de oito meses termina em setembro. O Procurador do Município Bragatto confirmou que disse isso. Falou que a Câmara repassou, em dois mil e onze, trezentos e cinquenta mil reais para o Executivo fazer e ele não fez e que o governo do Estado repassou os mesmos valores em dois mil e doze e a gestão passada não fez. Reafirmou o que disse, que não fizeram em oito anos, deixaram todo o projeto, não deixaram os quatrocentos e cinquenta mil reais que dizem estariam em reserva. Destacou que o projeto pode ser muito melhor e que o Executivo tem o direito de discutir o projeto, a nova Administração pode e deve discutir o projeto e deve sim aprofundar o que pode fazer com as empresas locais, o que poderia ser melhorado. Reiterou que apenas pede o direito de discutir aquele projeto que, segundo ele, "nos estavam enfiando goela abaixo". Ressaltou que estão a cinco meses no governo, de um projeto que não foi discutido em oito anos. Reiterou que o governo passado não deixou os quatrocentos e cinquenta mil reais que dizem que estavam em reserva e que o novo prazo para execução será colocado após à reunião na SSP. O Vereador Gehlen reconheceu que o Executivo está dizendo que fará mais com menos, mas diferente. Observou que havia um contrato assinado com a empresa Solução Sistemas de Segurança, que esse contrato foi rescindido e que haverá uma sanção, os cofres públicos terão que arcar com essa despesa. Concluiu dizendo que pelo menos a empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



montenegrina e a Soluções saem com o reconhecimento do Prefeito de que ele nunca disse que houve superfaturamento. Vereador Kranz mostrou-se preocupado com os prazos, pois o próximo ano é ano eleitoral. Explicou que o recurso do governo federal é repasse livre, não vinculado, e repasse livre em períodos eleitorais não é repassado. O Prefeito Azeredo reiterou que o novo projeto aumentará a abrangência, colocando leitura facial, leitura de placa e, através de convênio com uma empresa, possibilitará também o monitoramento da velocidade, controle de trânsito, através de equipamentos ligados à internet, de modo a levar mais segurança ao interior e aos bairros. Ressaltou que nunca deixou de dizer que existe discrepância de valores. Enfatizou que o governo quer, tanto quanto os Vereadores, fazer o quanto antes possível, dependendo de processo licitatório, de audiência e de protocolo. Declarou que existem chances de ganhar quatrocentos mil reais do governo federal, mais tarde, ou um aporte do governo estadual. Destacou que se está jogando com a possibilidade desta audiência com o governo estadual, de ele aportar parte disto. A Vereadora Rosemari disse que os Vereadores querem conhecer melhor o que vai ser feito em matéria de videomonitoramento, porque preocupa fazer mais por muito menos com mais qualidade. Destacou a necessidade de realizar uma reunião mais técnica, que o Prefeito traga alguém numa próxima que mostre e dê a garantia da qualidade, da eficácia do equipamento, pois também é intenção do Legislativo economizar. Contudo, observou que o desejo é que o equipamento que será instalado funcione. Ressaltou que a economia só surte efeito dependendo de sua eficácia. Cobrou do Prefeito a garantia de que, com muito menos, vai fazer muito mais com qualidade. Também cobrou um prazo limite, que seja divulgado, já que não serão em oito meses, vai demorar mais. O Procurador Bragatto disse que fica questionando por que o Município não aceitou setecentos mil reais para fazer isso há cerca de três anos e pediu se dê tempo para o atual governo trabalhar. A Vereadora Rosemari disse que querem que o Executivo trabalhe e que os Vereadores querem acompanhar esse trabalho. Por fim, deliberou que, após a reunião na SSP, em julho, será agendada uma nova reunião aqui. *Nada mais havendo a tratar, ao meio dia, foi encerrada a reunião.....*

Ver. Renato Kranz-PMDB
1º autor

Ver.^a Rosemari Almeida
Presidenta